

Camdessus faz pressão pelo acordo

por Paulo Sotero
de Washington

O diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, solicitou aos diretores-executivos da instituição que se pronunciem sobre o programa brasileiro de estabilização econômica no próximo dia 26. Os membros do "board" receberam há uma semana o memorando técnico preparado pela missão de economistas do FMI que negociou o programa com as autoridades econômicas do País, em maio passado. A solicitação de Camdessus coloca pressão sobre os bancos credores para aderirem ao empréstimo de US\$ 5,2 bilhões incluído no "pacote" de refinanciamento da dívida externa brasileira anun-

ciado há duas semanas, uma vez que, de acordo com a obtenção da chamada "massa crítica", ou 90% do empréstimo, é uma pré-condição para a aprovação do programa brasileiro pelo FMI.

Esse, por sua vez, deve abrir o caminho para a renegociação da dívida do Brasil a governos, de cerca de US\$ 15 bilhões, junto ao Clube de Paris, da qual depende a reabertura do crédito dos Eximbanks ao País. As relações do Brasil com seus credores oficiais, no que diz respeito a essa parte da dívida, foram fortemente desgastadas pela decretação da moratória, em fevereiro do ano passado, pois menos de um mês antes, o governo havia obtido um acordo de renegociação, que acabou congelado.

Além de marcar a recon-



Michel Camdessus

ciliação formal entre o País e uma instituição que historicamente despertou a suspeita, quando não a hostilidade, de várias gerações de políticos brasileiros, a aprovação do progra-

ma, que é amplamente esperada, preencherá um requisito fundamental do complexo esquema de normalização das relações entre o Brasil e seus credores externos.

Com a entrada em vigor do outrora satanizado acordo do Brasil e o FMI, o País se habilitará a receber, até o final de 1989, um empréstimo de US\$ 1,1 bilhão de Direitos Especiais de Sarcques, que ao câmbio de hoje representam pouco mais de US\$ 1,452 bilhão. A primeira parcela, a ser desembolsada dias depois da aprovação do programa brasileiro pelo "board", será de aproximadamente US\$ 375 milhões. De acordo com uma fonte oficial brasileira, haverá várias parcelas de desembolsos. Pelos termos do acordo entre o Brasil e os bancos, pelo

menos uma parte do dinheiro a ser liberado pelo FMI no primeiro semestre do ano que vem ficará sujeita ao cumprimento, pelo País, de algumas metas específicas do programa econômico. Essa é uma das condições para o desembolso da terceira parcela do empréstimo de US\$ 5,2 bilhões dos bancos.

De imediato, a perspectiva de aprovação do programa deve facilitar a negociação de um empréstimo-ponte de "US\$ 400 milhões a US\$ 600 milhões" (segundo uma fonte oficial brasileira) que o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, está negociando com os governos dos países industrializados. Esses recursos, a serem pagos com os desembolsos futuros do FMI, serão usados para saldar uma parte das contas de juros devidos aos

bancos nos meses de junho e julho. De acordo com a fonte brasileira, a negociação do empréstimo-ponte oficial "vai muito bem" e "os americanos estão muito cooperativos."

O programa submetido ao FMI estipula que o déficit do governo federal, no final deste ano, não deverá ultrapassar 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Ferreira da Nóbrega espera que o déficit seja "substantialmente reduzido" em 1989.

Embora o próprio ministro já se tenha referido a 2% do PIB como meta para o déficit público no final do ano que vem, o governo brasileiro e o FMI não se fixaram num número. As negociações sobre 1989 devem começar em setembro, quando a missão técnica do FMI deverá voltar ao País.